

**Intervenção proferida na sessão
Legislativa de Novembro de 2002
Deputado Jorge Costa Pereira**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Subo uma vez mais a esta tribuna para falar da Reconstrução. E faço-o, como sempre fiz, falando a verdade e procurando dar voz a todos aqueles que necessitam de ser ouvidos e defendidos. A força da razão que defendo vem daqueles que me elegeram. E enquanto houver, neste domínio, um sinistrado que precise da minha voz, aqui dentro ou lá fora, eu estarei ao seu lado. E nisso ninguém me fará calar.

O processo de reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, tem-se arrastado entre promessas, garantias e desequilíbrios vários, nunca assumidos. Face às dificuldades próprias de um processo com a dimensão financeira e social da reconstrução, e no cenário actual de dificuldades acrescidas, o mais natural e desejável era haver um esforço suplementar em unir e agregar vontades e empenhamentos à volta deste processo. Infelizmente, quem o tutela nunca foi capaz, até hoje, de procurar consensos e corrigir os inegáveis erros que maculam esta reconstrução desde o início. Até a iniciativa positiva do Sr. Presidente do Governo Regional em reunir há dois anos com os deputados do Faial para, com verdade, fazer contas à Reconstrução e apresentar o planeamento previsto para a legislatura, não teve continuidade.

Sinal claro da arrogância que se mantém e da continuação da ocultação de informações aos deputados passou-se no dia 23 de Outubro, quando a Comissão Permanente de Política Geral ouviu o titular da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Nessa audição, aquele responsável disse que estava a estudar o que fazer na reconstrução face aos problemas financeiros, anunciava que se encontrava “em fase de negociações com as empresas construtoras a forma como serão alargados os prazos previstos para a conclusão das obras e as respectivas indemnizações.”

No fim da audição, e depois de atravessar um corredor de cerca de 20 metros, as declarações do Secretário à Comunicação Social eram já de outro estilo: nesse dia acabavam de parar quase duas centenas de obras da reconstrução e muitas mais iriam parar nas semanas seguintes! Quer dizer: na Comissão as informações são num sentido. Breves instantes depois, na Comunicação Social, são já noutro. Como se vê, a prática de omitir informações aos deputados mantém-se. E coisas tão simples com saber, por exemplo, qual é o custo, em média, por metro quadrado, de uma casa incluída nas empreitadas, continua sem ser dada aos deputados, apesar de diversas vezes solicitada.

Por outro lado, não é de hoje nem deste ano vemos obras a parar na Reconstrução. Embora com uma amplitude diferente, basta lembrar a empreitada de uma das empresas, com a qual, aliás, o Governo Regional fez um acordo amigável de rescisão que manteve nessa empresa apenas algumas das muitas moradias que lhe haviam sido adjudicadas, para verificarmos que a situação não é infelizmente nova. Aliás, este caso é sintomático: consignada a empreitada para um total de 53 moradias na freguesia da Ribeirinha, estamos no final da data para todas as casas serem

entregues e o que se verifica: a maior parte das moradias foi retirada à empresa e as poucas casas que nela inexplicavelmente ficaram, continuam por concluir.

E nas restantes empreitadas para as quais se anuncia paragem de obras, alguém aqui sabe que obras param, onde param, de que empresas, de acordo com que critérios, na sequência de que negociações, com que valores de indemnização, com que dilação no tempo?

E que valores estão neste momento em atraso, facturados e não pagos? E qual é a verba de 2003 que será usada para pagar eventuais incumprimentos de 2002? Ninguém sabe.

E as obras que já pararam? Pararam por decisão unilateral dos empreiteiros, houve algum acordo ou foi para confirmar o discurso político? É que não se compreende porque param casas onde apenas faltam pequenos acabamentos e a mesma empresa, na mesma empreitada, pára aquelas mas inicia outras.

Finalmente, a questão das verbas da Reconstrução. Já neste debate se provou que toda a polémica acerca das verbas da reconstrução para 2002 tinha muito de político e nada de sustentação técnica, uma vez que nem no Orçamento de Estado, nem no Orçamento Regional no lado das receitas ou das despesas estava prevista tal verba. E a conclusão só pode ser uma: o Governo Regional não estava a contar com tais verbas da República. Até porque, para além da evidente obrigação técnica de constar no Orçamento no lado da receita e da despesa, foi o próprio PS que votou contra o reforço do Programa 33 aquando da aprovação do Plano para 2002, quando o PSD propôs o seu aumento, na altura à custa de verbas das Despesas Correntes.

Por outro lado, cai por terra qualquer tentativa de justificar o vazio dos documentos de 2002 com o facto de em anos anteriores também ser assim. Desde logo, porque tal não é verdadeiro e basta ver que as verbas inscritas nos planos sempre traduziram (e não poderia ser de outro modo) o que o Governo pensava despende, bastando ainda observar as Contas da Região e os Pareceres do Tribunal de Contas e os Orçamentos Regionais (para os anos em que não existem ainda aqueles documentos) para concluirmos que a verdade é que constam lá as verbas que vieram ou se esperava que viessem para a reconstrução.

Um dos argumentos verdadeiros que o Governo Regional tem usado nesta questão da necessidade e do direito que temos a usufruir da solidariedade nacional é o de que somos um região pobre e de que a Reconstrução é um enorme investimento para as nossas disponibilidades. Mas, se somos pobres e a Reconstrução é uma prioridade, como se compreende que se continue numa política de subsídios a actividades e acontecimentos perfeitamente acessórios, sem qualquer relevância, e que consomem parte dos nossos recursos. É que não tem sentido proclamarmos a nossa pobreza para umas coisas e, para outras, comportarmo-nos como se ricos fossemos. Os sinistrados que aguardam receber as tranches dos apoios a que têm direito por obra que já executaram, os sinistrados que vêem a sua casa parada faltando pequenas pinturas e acabamentos que numa semana se concluiriam, invocando-se que não há verbas, não entendem, não aceitam, porque não há para cada um dos seus casos umas centenas de contos e eles não faltam para subsidiar deslocações e passeios de grupos ao Estrangeiro. Esta tem sido uma opção deste Governo, de que obviamente discordo. Como discordo que, num cenário como é o presente, se continue a utilizar

as verbas da Reconstrução para pagar obras públicas que nada têm a ver com ela: o último exemplo parece ser a nova escola EB/JI da Matriz, cujo fecho financeiro, tudo o indica, será feito com a verba do Programa da Reconstrução, sob o disfarce de uma remodelação/ampliação de uma EB/JI da Matriz que ninguém no Faial sabe que obra seja.

Porque para o PSD a Reconstrução é efectivamente uma prioridade que exige, nas circunstâncias actuais, o exercício efectivo da solidariedade nacional, mas também da solidariedade regional, apresentámos já uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento que reforça as verbas para a Reconstrução em 2003.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Como deputado eleito pela ilha do Faial, quero ainda aqui deixar o meu claro protesto sobre a forma com esta ilha é penalizada nos seus investimentos por força da Reconstrução. Aliás, o Plano para 2003 não faz mais do que confirmar uma tendência anterior: de 1999 a 2002 as verbas destinadas ao Faial diminuíram 51%. E nesse período não havia nem um Primeiro Ministro chamado Durão Barroso nem o endividamento zero, para servir de desculpa.

É por opção deste Governo Regional do Partido Socialista que os investimentos estruturantes e prometidos para o Faial não se cumprirão, mais uma vez, nesta legislatura: a nova Escola Secundária, o Parque Desportivo do Faial, a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, a Variante, a

reabilitação das estradas regionais, o campo de Golfe, para já não falar nos atrasos que a nova fábrica da CALF. Tudo ficará adiado e os faialenses não o vão esquecer.

Disse.

Horta, 12 de Novembro de 2002

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional